

20. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE BRAGA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO.

Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta do início do procedimento de regulamentação do “Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga”, de acordo com a proposta em anexo.

Assunto: Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga

Considerando que:

O combate às alterações climáticas e a introdução de medidas e objetivos de desenvolvimento sustentável, são hoje em dia prioridade das políticas municipais. Cada vez mais se torna imprescindível uma mudança comportamental na atuação das entidades públicas e da sociedade civil, de modo a contrariar tendências e comportamentos já há muito instalados, que provocam impactos a médio e longo prazo no ambiente.

Nesse sentido, deve o Município enquanto agente agregador de diversas competências, assegurar no âmbito do desenvolvimento sustentável do Concelho, políticas de sustentabilidade que confirmem condições atrativas e dinâmicas ao meio urbano e rural, através do investimento e valorização da zona de interface, com vista à promoção da biodiversidade e do *continuum naturale*.

O Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática de Braga, doravante designado por CMAACB, pretende ser um órgão consultivo, de promoção do debate sobre as matérias ambientais e climáticas, e atuar junto dos decisores políticos, através da apresentação de sugestões e alternativas que visem a minimização dos impactos no ambiente e no clima.

Braga, 16 de janeiro de 2023

Vereador da Divisão do Ambiente, Alterações Climáticas e Política Animal

(Altino Bessa, Eng.º)

Despacho do Sr. Presidente:

Assunto: INÍCIO DE PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Nº Informação: 2954

Data: 16 de janeiro de 2023

ANÁLISE:

Pelo Sr. Vereador, Altino Bessa, foi sugerida a elaboração do Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga. Assim sendo:

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Externa
PT-01-01-03

Verificação do cumprimentos e passos a seguir:

«1. A UO elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (INCLUI: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Da **nota justificativa** da proposta elaborada consta que:

«O Município enquanto agente agregador de diversas competências, assegurar no âmbito do desenvolvimento sustentável do Concelho, políticas de sustentabilidade que confirmem condições atrativas e dinâmicas ao meio urbano e rural, através do investimento e valorização da zona de interface, com vista à promoção da biodiversidade e do continuum naturale.

O Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática de Braga, doravante designado por CMAACB, pretende ser um órgão consultivo, de promoção do debate sobre as matérias ambientais e climáticas e atuar junto dos decisores políticos, através da apresentação de sugestões e alternativas que visem a minimização dos impactos no ambiente e no clima.

Pretende ainda estabelecer o diálogo entre instituições públicas e os cidadãos, no âmbito de uma democracia participativa e aberta, para em conjunto marcar a diferença no desenvolvimento territorial.»

O processo foi então remetido a este **Departamento Jurídico (DJ)**.

«2. O Departamento Jurídico cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental.»

✓ Criado o processo n.º 2023/100.10.400/1.

«3. O Departamento Jurídico elabora proposta de início de procedimento» E,

«4. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

- A) Da proposta que foi remetida a este DJ está fundamentada a criação do Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga;
- B) O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP, sendo o ambiente uma das atribuições do Município, cf. alínea k) n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- C) A Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, que define as bases da política de ambiente, determina no n.º 1 do artigo 2.º que compete ao Estado a realização da política de ambiente, tanto através da

ação direta dos seus órgãos e agentes nos diversos níveis de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental.

- D) Também o artigo 4.º do mesmo diploma estabelece os princípios da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.
- E) Tendo o processo sido remetido a este DJ para desencadear os procedimentos legais de regulamentação.
- F) Nesta fase, integra-se, desde logo, o momento de iniciativa do procedimento regulamentar, da competência da câmara municipal. Note-se que, tal como entende Fernanda Paula Oliveira, os procedimentos dos regulamentos municipais, como quaisquer outros procedimentos, são sempre procedimentos de iniciativa pública, ainda que o seu desencadeamento possa ter tido na sua origem petições apresentadas por interessados (n.º 1 do art. 97.º do CPA). A deliberação camarária de início do procedimento regulamentar deve ser publicitada na Internet, no seu sítio institucional, com indicação do órgão que tomou a decisão, da data em que procedimento se iniciou e do seu objeto (n.º 1 do art. 98.º do CPA). Esclareça-se que o que aqui está em causa é apenas a deliberação do início do procedimento, pelo que não existirá, neste momento, qualquer projeto de regulamento que tenha de ser devidamente publicitado.
- G) O processo estará em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente, e Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal

Assim, e em caso de concordância superior:

Deverá o processo ser remetido à **Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal**, para:

- Sob proposta do Sr. Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente. Eng. Altino Bessa
– solicitar aprovação do início do presente procedimento de elaboração regulamentar, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA.

O jurista, gestor do procedimento,

DESPACHOS

Sr.ª Diretora de Departamento,	Sr. Diretor Municipal de Gestão,



<p>Sr. Vereador, com a área de responsabilidade do Ambiente, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021, Eng. Altino Bessa,</p>	<p>Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio</p>
---	--